



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1908 a 1929



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

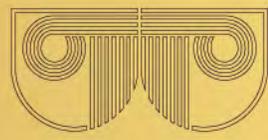


Agradecimientos

Agradecimientos

Agradecimentos

Em forma de agradecimento, registro a dedicação do jornalista Moacir Pereira para a preservação da memória de Santa Catarina de Alexandria, padroeira do nosso Estado, cuja relíquia se encontra na Capela Ecumênica deste Tribunal de Justiça.



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
<i>Artigo “Santa Catarina: a Padroeira desconhecida”, de Moacir Pereira.</i>	11
CAPÍTULO 4 – VOLUME 4	
<i>Quarta sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizada no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929)</i>	15
<i>Listagem de 14 desembargadores por ordem alfabética</i>	19
<i>Biografia do Desembargador Américo da Silveira Nunes</i>	23
<i>Biografia do Desembargador Antônio Gomes Ramagem</i>	26
<i>Biografia do Desembargador Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins</i>	28
<i>Biografia do Desembargador Ayres de Albuquerque Gama</i>	30
<i>Biografia do Desembargador Erico Ennes Torres</i>	33
<i>Biografia do Desembargador Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho</i>	36
<i>Biografia do Desembargador Gil Costa</i>	41
<i>Biografia do Desembargador Gustavo Toledo Piza</i>	45
<i>Biografia do Desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro</i>	49
<i>Biografia do Desembargador Honório Hermetto Carneiro da Cunha</i> ...	53
<i>Biografia do Desembargador João da Silva Medeiros Filho</i>	55
<i>Biografia do Desembargador João Pedro da Silva</i>	58
<i>Biografia do Desembargador José Arthur Boiteux</i>	62
<i>Biografia do Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga</i>	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71



Introdução



Introdução

Esta obra virtual, intitulada “Tribunal de Justiça de Santa Catarina: Desembargadores e Desembargadoras de 1894 até os dias atuais”, está sendo desenvolvida em capítulos, pensados a partir da linha do tempo de ocupação das diversas sedes que abrigaram e abrigam o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Capital, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até os dias atuais, em 131 anos de história.

O conteúdo deste quarto volume apresenta a nominata e a biografia dos catorze desembargadores que passaram a integrar o Poder Judiciário de Segundo Grau do Estado de Santa Catarina na nova sede, localizada na esquina das ruas Jerônimo Coelho e Tenente Silveira, no período de 1908-1929, e será lançado por ocasião da comemoração do Dia da Justiça (8 de dezembro). Assim, nesse período de vinte e um anos, o número de desembargadores passava de dezesseis para trinta.

Ademais, as biografias aqui compiladas são fruto de pesquisas permanentes, e em constante complementação, sobre autoridades, pessoas que são exemplos de coragem, esmero, dedicação, valores, inteligência e princípios, merecedoras de ter a memória perpetuada para além do título de desembargador(a) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. E são estruturalmente compiladas numa matriz biográfica que contém o nome do desembargador ou da desembargadora, acompanhado do local e da data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador(a), trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, outros e fonte, guarnecidas de fotos de alguns dos desembargadores do período.

E o artigo intitulado “Santa Catarina: a Padroeira desconhecida”, que integra este capítulo e volume, de autoria de Moacir Pereira, jornalista e escritor, autor de diversas obras, entre as quais duas que merecem destaque pelo tema proposto “Santa Catarina, Padroeira. Tesouros no Sinai”, Florianópolis: Edt. Insular, 2002, e “Santa Catarina de Alexandria. A Origem, o Mosteiro e a Padroeira”, Florianópolis: Edt. Insular, 2015, por ser alusivo à data de comemoração da morte de Santa Catarina de Alexandria, padroeira de nosso Estado, do qual leva o nome, em 25 de novembro, nos traz o enfoque relevante e impactante de sua importância e adoração no mundo.

Registra-se por oportuno que já se encontram disponibilizados no portal da Memória (<https://www.tjsc.jus.br/web/memo>) o volume 1, desde o lançamento do presente projeto piloto, por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Sodalício (1º de outubro), em sessão do Órgão Especial (5 de outubro de 2022); o volume 2, por ocasião da comemoração do Dia do Arquivista (20 de outubro de 2022); e o volume 3, por ocasião da comemoração do Dia do Livro [data da fundação da Biblioteca Nacional (29 de outubro de 2022)].

Ao final, anota-se que toda a contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para ddi.museu@tjsc.jus.br.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário
do Estado de Santa Catarina



*Santa Catarina:
a Padroeira
Desconhecida*





Santa Catarina: a Padroeira desconhecida

Moacir Pereira

Quando um grupo de catarinenses realizava um cruzeiro marítimo que previa a travessia do Canal do Panamá, a monumental obra de engenharia que une os oceanos Pacífico e Atlântico, o roteiro previa escala em Cartagena das Índias, na costa caribenha da Colômbia.

Optando por um “city tour” oferecido pelo navio, o grupo seguiu o guia, que iniciou a trajetória pela antiga cidade amuralhada, o rico centro histórico, onde se deu sua origem.

O primeiro ponto de uma série de atrações históricas foi uma visita à Catedral de Santa Catarina de Alexandria, datada de 1612. Já na fachada, chama a atenção dos catarinenses uma belíssima imagem, esculpida em granito, da padroeira do Estado.

Explicação dada aos que ignoravam a razão da homenagem: Santa Catarina é padroeira dos navegadores, merecendo por isso a homenagem dos primeiros espanhóis. É também a padroeira dos estudantes, dos professores e dos que trabalham com roda.

A roda, aliás, é sua principal característica, marca de seu martírio por ordem do Imperador Romano Maximino.

Quem viaja pela França encontrará várias referências à heroína Joana d’Arc, por seus feitos na Batalha de Orleães, vital na vitória dos franceses contra a Inglaterra na Guerra dos 100 Anos. Sua trajetória é vinculada às visões e fortes incentivos recebidos de Santa Catarina de Alexandria, imagem cultuada em várias regiões.

Quando o falecido presidente da Fiesc, Alcântaro Correa, liderou missão empresarial na Romênia, foi convidado a conhecer uma das maravilhas arquitetônicas e artísticas de Bucareste. E, no interior, imagens seculares de Santa Catarina de Alexandria, indicada pelos anfitriões como tributo especial aos visitantes.

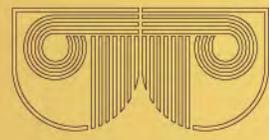
Russos e gregos, entre outros povos, têm culto a Santa Catarina de Alexandria durante séculos, história e imagem preservadas por uma excepcional iconografia produzida e divulgada pelas Igrejas Ortodoxas.

São milhares, criativas e as mais belas imagens de Santa Catarina de Alexandria, desde o período bizantino até os atuais. As mais impactantes têm assinaturas de Caravaggio e Rafael. E até uma referência na esplêndida Capela Sistina, de Michelângelo.

A padroeira do Estado tem uma história de 15 séculos. Suas relíquias encontram-se guardadas no extraordinário Mosteiro ao pé do Monte Sinai, no Egito, lugar sagrado da famosa Sarça Ardente dos 10 Mandamentos, com preciosidades em pergaminhos que datam do século V e documentos de proteção firmados pelo profeta Maomé e por Napoleão Bonaparte.

Elogiável, sob todos os títulos, a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que protege numa bela capela relíquia vinda do Sinai, o resgate de um fato histórico muito pouco conhecido dos catarinenses.





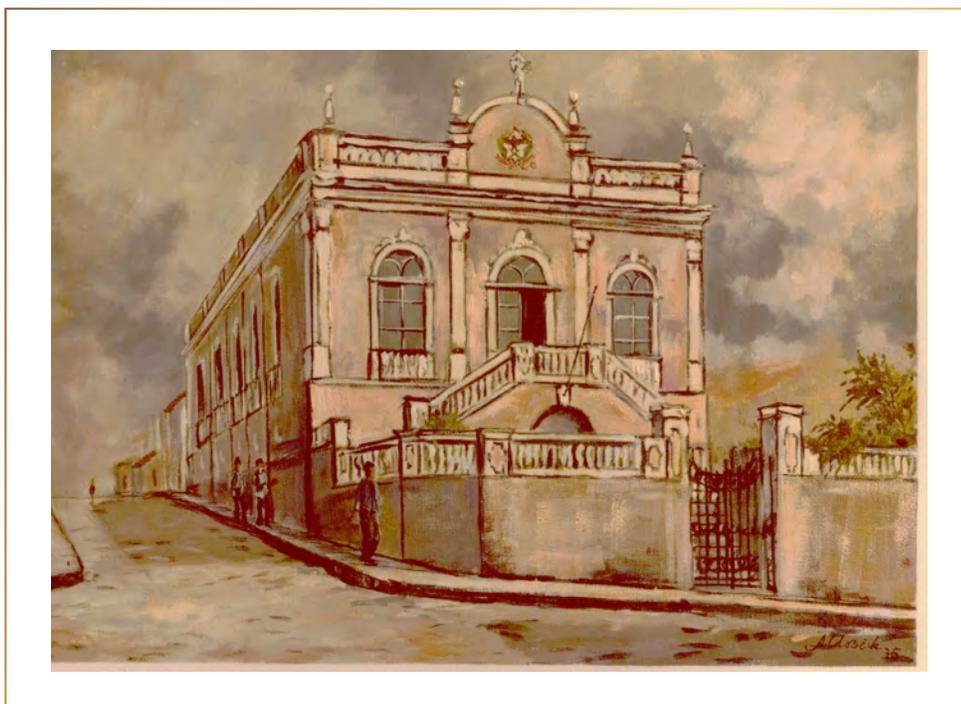
Capítulo 4

Capítulo 4



Capítulo 4

Quarta sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizada no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929)



Acervo do Museu do Judiciário Catarinense

No final do ano de 1908 o poder judiciário de segundo grau mudou novamente sua sede e se instalou no prédio localizado na esquina da rua Jerônimo Coelho com a Tenente Silveira.

Um pouco da história desse imóvel é interessante lembrar para adentrarmos naquele tempo em que a Capital do Estado se denominava Nossa Senhora do Desterro.

Nesse imóvel de propriedade particular, localizado na esquina da rua da Paz (atual rua Jerônimo Coelho) com a rua do Governador (hoje rua Tenente Silveira), a partir

de 1849, funcionou uma das principais casas de espetáculo de Desterro/Florianópolis, à época, o “Theatro São Pedro de Alcântara” (em homenagem ao imperador), de meados de 1859 até 1869. ¹

Consta ainda na história local que esse local foi usado para alojar tropas que seguiriam para a Guerra do Paraguai.

E, após reformas e transformado em palacete, sediou a Assembleia Legislativa de setembro de 1879 até 1907.

Em 1908, o Ministério Público acompanhou o Tribunal da Justiça na mudança para este endereço: o número 15 da rua Jerônimo Coelho, na esquina com a rua Tenente Silveira, e ali permaneceu até 1929 (<https://www.mp.sc.br/memorial-do-ministerio-publico/sedes-do-ministerio-publico>).

E neste desiderato, transcreve-se excerto da obra do Desembargador Tycho Brahe relativa à mudança para o “novo prédio”. ²

“A mudança para o ‘novo prédio’ foi rapidamente efetivada pois a sessão seguinte, a de 10 de novembro de 1908, nele foi realizada.

“No entanto, conforme se procurará deixar patenteado, o prédio não era tão ‘novo’ assim.

“Da mesma forma que a sede do Poder Judiciário, também a do Poder Legislativo conta com uma história de ‘triste perambulação pela cidade’. Mas esta não será narrada neste bosquejo histórico, salvo, é claro, aquilo que de comum – ou sucessório – contêm ambas.

“Depois de muitas andanças, encontraria, por fim, a Assembléia Legislativa, uma sede própria. O jornal ‘A Regeneração’ ³, na edição de 21 de setembro 1879, contém uma nota assim apresentada por Osvaldo Rodrigues Cabral: ‘No ano de 1879, o capitalista Ernesto da Silva Paranhos ofereceu ao governo da Província um prédio de sua propriedade, sito à rua da Paz (atual Jerônimo Coelho), esquina da do Imperador (atual Tenente Silveira, já na época da oferta com este glorioso nome), com todo o terreno anexo, por 11 contos de réis para nele funcionar a

1 COLLAÇO, Vera Regina Martins. Um painel do teatro catarinense no século XIX: com enfoque em Nossa Senhora do Desterro. São Paulo. Dissertação de mestrado em História, USP, 1984, p.25. / in <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12961/1/CD%201%20-%20HIS%20-%20Elizabete%20M%20Espindola.pdf>, p.43.

2 FERNANDES NETO, Tycho Brahe, p. 326-328.

3 Jornal de propriedade de Duarte Paranhos Schutel, órgão ligado ao Partido Republicano. / in <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12961/1/CD%201%20-%20HIS%20-%20Elizabete%20M%20Espindola.pdf>, p.11.

Assembléia Legislativa'. E, prossegue o grande pesquisador, 'Dessa vez a transação foi realizada e, finalmente, para o referido prédio, o primeiro que lhe foi próprio e apropriado, depois de mais de quarenta anos de triste perambulação pela cidade, sempre mal instalada, mudou-se a Assembléia Legislativa Provincial.

"Em 1907, quase trinta anos depois, ainda no referido imóvel se abrigava o Poder Legislativo – mas o edifício já se achava quase em ruínas, em lastimável estado de conservação, com o assoalho apodrecido e, assim, ante a impossibilidade de continuar a abrigar o Congresso Representativo do Estado – como então passara a denominar-se a Assembléia - tornou o Poder Legislativo, através de solicitação de seu Presidente, o Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, a pedir novamente à Câmara Municipal agasalho em suas dependências". [242]

"Não obstante 'quase em ruínas, em lastimável estado de conservação, com o assoalho apodrecido', 'A velha casa da rua Tenente Silveira pôde ser reformada, mas passou a servir de sede ao Tribunal de Justiça' [243]

[242] Osvaldo Rodrigues Cabral - Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina - Suas Legislaturas e Legisladores - 1835 a 1974 - Florianópolis, Editora Lunardelli, s/d, pág. 20.

[243] Autor e ob. cit. na nota anterior.

"Como se vê, somente com muito otimismo é que se poderia chamar um prédio reformado de 'novo prédio'. Talvez, à época, os vocábulos tivessem outras conotações; quem sabe, as necessidades materiais de um local de trabalho não fossem sentidas, ou, finalmente a utilização do adjetivo 'novo' contivesse forte dose de ironia ...

"A verdade, no entanto, é que, novo ou não, o prédio serviu como sede do Tribunal de Justiça por mais de vinte anos. É de ser imaginado o custo da manutenção (se é que alguma vez levada a efeito) deste prédio que muitos conheceram como sediando a Imprensa Oficial do Estado, sem um mínimo de segurança. Demolido há pouco tempo, deu espaço para um centro comercial.

"Não cabe lamentar o destino do prédio. Cumpriu a sua destinação e veio a ser demolido pela picareta impessoal e a histórica do progresso.

“Durante os mais de quatro lustros em que abrigaram o Tribunal de Justiça, os mesmos salões que anteriormente haviam sido abertos para saraus ‘chics’ e, depois, para as discussões dos legisladores estaduais, reformados, presenciaram a posse de 15 Desembargadores: Antônio Wanderley Navarro Lins (1909); Sálvio de Sá Gonzaga (1910); Ayres de Albuquerque Gama (1910); Honório Hermeto Carneiro da Cunha (1910); Francisco Tavares da Cunha Mello (1914); João da Silva Medeiros Filho (1914); Gil Costa (1919); João Pedro da Silva (1920); José Arthur Boiteux (1922); Américo da Silva Nunes (1925); Gustavo de Toledo Piza (1926); Érico Ennes Torres (1927) e Urbano Müller Salles (1929).

“Nesse interregno temporal, (1908/1929), a Presidência do Tribunal foi exercida pelos Desembargadores: Domingos Pacheco d’Ávila (até 04 de janeiro de 1910); Felisberto Elyσιο Bezerra Montenegro (de 04 de janeiro de 1910 até 11 de fevereiro de 1910, quando a partir de então, as atas passaram a ser assinadas pelo Desembargador Vasco de Albuquerque Gama que, na relação dos presentes, consta como sendo Presidente da Corte. As atas, contudo, não contêm qualquer referência à sua eleição. Todavia, cabe ressaltar que nas atas desse período não consta qualquer referência quanto ao fato de se tratar do Presidente eleito ou de se tratar de Desembargador eventualmente respondendo pela Presidência. Na ata alusiva à sessão de 26 de abril consta o nome do Desembargador Manoel Cavalcanti de Arruda Câmara como ‘Presidente interino’. A partir de 20 de maio de 1910 o Desembargador Vasco da Gama recomeça a assinar as atas e nas referentes às sessões realizadas no período de 24 de maio a 19 de dezembro de 1913, as atas estão assinadas pelo Desembargador Vasco da Gama, com expressa referência “Presidente”; Antônio Navarro Pereira Lins (19 de dezembro de 1913 a 18 de dezembro de 1917); Vasco de Albuquerque Gama (18 de dezembro de 1917 até 17 de dezembro de 1920 a 18 de dezembro de 1925); Francisco Tavares da Cunha Mello (18 de dezembro de 1925 até 13 de maio de 1931, quando renunciou à Presidência, com o Tribunal já instalado em outro prédio).”

Com a saída do Tribunal de Justiça do local, foi ocupado pela Imprensa Oficial do Estado.

O prédio só foi demolido em 1969, para permitir o alargamento da rua Tenente Silveira (<https://ndmais.com.br/cultura/florianopolis-ha-dois-seculos-uma-ilha-com-paixao-pelos-palcos/>).

E neste desiderato, transcreve-se excerto constante da história do legislativo catarinense, situação semelhante por qual passava o Judiciário e o Ministério Público catarinenses.

“Após a instalação, o Legislativo Catarinense iniciou uma triste trajetória. Então, de prédio em prédio, de casarão em casarão (Quartel da Polícia, Câmara Municipal, etc.), durante 75 anos perambulou pela cidade, pagando aluguel. O Executivo por sua vez, além de nada fazer para amenizar as dificuldades do Legislativo, inúmeras vezes vetava as leis que o Poder aprovava visando a construção de um prédio ou mesmo à adequação de espaço essenciais ao seu pleno funcionamento.

“Nesse vácuo gigantesco de tempo o capitalista Ernesto da Silva Paranhos ofereceu ao Governo da Província um prédio de sua propriedade, sito à rua da Paz (atual Jerônimo Coelho) esquina com a do Imperador (atual Tenente Silveira), na data de 21 de setembro de 1879. Na realidade, uma espécie de arrendamento, permanecendo o Legislativo ali até 1907. Naquela época, o edifício estava quase em ruínas. Sem condições de funcionamento, pondo em risco até a vida dos deputados, voltou o Legislativo a pedir abrigo no prédio da Câmara Municipal.” (<https://www.alesc.sc.gov.br/sobre>).

Em 1855, o teatro passou por sua primeira reforma. Funcionando em péssimas condições, foi interdito em 1858, voltando a funcionar dois anos depois. Porém, mesmo após a reforma, o Teatro São Pedro de Alcântara não demoraria muito a fechar suas portas devido ao péssimo estado de conservação, sendo que a última notícia que se tem do teatro data de 1869. Entre os anos de 1861 e 1865, três sociedades dramáticas particulares ocuparam a direção do teatro. Eram elas S.D.P. São Pedro de Alcântara, S.D.P. Juvenil Catharinense e S.P.D. Recreio Dramático.

Nesta sede atuaram quatorze desembargadores, os quais apresento por ordem de posse:

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
17	Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins	17/12/1909	18/12/1917	Palacete da Jerônimo Coelho
18	Sálvio de Sá Gonzaga	5/8/1910	9/11/1935	
19	Ayres de Albuquerque Gama	24/8/1910	9/10/1929	
20	Honório Hermetto Carneiro da Cunha	22/9/1910	8/3/1932	

21	Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho	18/9/1914		Palacete da Jerônimo Coelho
22	João da Silva Medeiros Filho	4/6/1919	17/1/1947	
23	Gil Costa	7/11/1919	11/5/1943	
24	João Pedro da Silva	23/4/1920	15/6/1936	
25	Antônio Gomes Ramagem	17/12/1920	30/8/1928	
26	José Arthur Boiteux	12/7/1922	8/1/1934	
27	Heráclito Carneiro Ribeiro	11/8/1922	17/2/1937	
28	Américo da Silveira Nunes	8/12/1925	8/3/1932	
29	Gustavo de Toledo Piza	9/2/1926	13/4/1940	
30	Erico Ennes Torres	8/7/1927	6/5/1942	

Na sequência se apresentam a biografia dos desembargadores e algumas fotos.





Desembargado es
Desembargadores



Desembargador

Américo da Silveira Nunes





Américo da Silveira Nunes

Local e data de nascimento: Bahia (BA), 12/10/1878.

Filiação:

Formação: Faculdade Livre de Direito da Bahia (BA), 1899.

Experiência profissional: foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Florianópolis (SC). Foi um dos presidentes do Conselho Penitenciário, instituído no Brasil em 1924 por meio do Decreto n. 16.655, que introduziu no país o livramento condicional. Em Santa Catarina o órgão foi instalado em 25/10/1928.

Posse no cargo de desembargador: 8/12/1925.

Trajetória na magistratura catarinense: foi promotor público de Joinville (SC) e logo depois, por ato de 13/9/1906, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Curitibaanos (SC). Por decreto de 1º/8/1910 do governador do Estado, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Itajaí (SC). Foi procurador-geral da Justiça de 1919 a 1920 e no mesmo ano de 1920 foi também juiz da 2ª Vara da Capital. Ainda em 1920, começou a exercer o cargo de juiz de direito da 1ª Vara de Florianópolis (SC).

Aposentadoria/Desligamento: 13/4/1940. Resolução n. 8.946.

Falecimento: 20/5/1954, Florianópolis (SC).

Outros: está enterrado no Cemitério Senhor dos Passos.

Fontes:

“BillionGraves Index”, database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7HYN-7F6Z : 30 January 2019>), Americo Da Silveira Nunes, died 20 May 1954; citing BillionGraves (<http://www.billiongraves.com :2012>), Burial at Cemitério Sr dos Passos, Florianopolis, Santa Catarina, Brazil.

“Brasil, Bahia, Salvador, Relações de p assagieros e imigrantes, 1855-1964”, database with images, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:W4VS-HZ3Z : 16 February 2022>), Americo Da Silveira Nunes, 1922.



BRASIL. Deputada Federal (2011–: Carmen Zanotto), Discurso em Plenário no Pequeno Expediente. Brasília (DF), 25 de mar. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/L.p?etapa=5&nuSessao=060.4.54.0&nuQuarto=14&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:26&sgFaseSessao=PE&Data=25/03/2014&txApelido=CARMEN%20ZANOTTO,%20PPS-SC&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordinária%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:26&txEtapa=>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Relatórios do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1891 a 1927. Ed. n. 1. p. 38.

Diário da Noite, Rio de Janeiro, ed. n. 3.928, p. 3, 15-4-1940.

SANTA CATARINA, Ministério Público. Memorial do Ministério Público – Galeria de Procuradores-Gerais de Justiça. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/galeria-de-procuradores-gerais-de-justica>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Conselho Penitenciário. Disponível em: <https://www.sap.sc.gov.br/index.php/sap-institucional/conselho-penitenciario>. Acesso em: 27 out. 2022





Antônio Gomes Ramagem

Local e data de nascimento: Bahia (BA), 1877.

Filiação: Francisco Gomes de Mendonça Ramagem e Adelaide da Silva Lisbôa Ramagem.

Formação: Faculdade Livre de Direito da Bahia (BA), 1898.

Experiência profissional:

Posse no cargo de desembargador: 17/12/1920.

Trajetória na magistratura catarinense: foi promotor público da Comarca da Capital em 1900 e, em seguida, em 26/6/1900, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Curitibaanos (SC), permanecendo nesta até 17/6/1901. Em 10/10/1904 foi nomeado para a Comarca de São Bento do Sul (SC), onde permaneceu até 3/2/1904. Nomeado para a Comarca de Joinville (SC) em 8/7/1906, atuou até 13/11/1906. Em 13/11/1906 foi designado para a Comarca de Palhoça (SC), onde esteve até 1º/8/1910. Por último atuou na Comarca de Florianópolis (SC), nomeado em 1º/8/1910, permanecendo até 26/7/1920. Durante esse tempo também exerceu o cargo de procurador-geral do Estado, no período de 11/7/1916 a 6/11/1917.

Aposentadoria/Desligamento: Faleceu em exercício.

Falecimento: 30/8/1928, Rio de Janeiro (RJ).

Outros:

Fontes:

Comercio de Joinville, Joinville, ed. n. 78, p. 1, 27-10-1906; ed. n. 75, p. 2, 6-8-1910.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ed. n. 10.374, p. 5, 31-10-1928.

Jornal de Notícias, Bahia, ed n. 5.675, p. 2, 10-12-1898

Legalidade, São Bento, ed. n. 21, p. 1, 15-10-1901.



República, Florianópolis, ed. n. 26, p. 1, 27-6-1900; ed. n. 87, p. 1, 3-3-1901; ed. n. 349, p. 2, 4-12-1919.

SANTA CATARINA, Ministério Público. Memorial do Ministério Público – Galeria de Procuradores-Gerais de Justiça. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/galeria-de-procuradores-gerais-de-justica> Acesso em: 26 ago. 2022.



Desembargador

**Antônio Wanderley Navarro
Pereira Lins**





Antônio Wanderley Navarro Pereira Lins

Local e data de nascimento: Brejo da Madre de Deus (PE), 10/12/1855 (não confirmado).

Filiação: capitão José Antonio Pereira.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 4/11/1882.

Experiência profissional: por alguns anos exerceu a advocacia no Espírito Santo (ES). No mesmo estado foi juiz de direito em Serra (ES) e Nova Almeida (ES). Foi governador interino do Estado de Santa Catarina (SC), na ausência do governador Felipe Schmidt, do dia 20 a 24/6/1915.

Posse no cargo de desembargador: 17/12/1909.

Trajectoria na magistratura catarinense: transferiu-se para Santa Catarina (SC), sendo nomeado para juiz de direito da Comarca de Lages (SC) em 30/9/1891. Tornou-se juiz de direito da Comarca de Brusque (SC) em 8/3/1892, sendo removido para a Comarca de Itajaí (SC) em 24/9/1894. Já em 1897 foi juiz de direito de Florianópolis (SC), onde permaneceu até ser nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, em 17/11/1909. Foi presidente do Superior Tribunal de Justiça em dezembro de 1913, permanecendo até 18/12/1917.

Aposentadoria/Desligamento: 18/12/1917.

Falecimento: Florianópolis (SC), 27/2/1923.

Outros: mudou-se primeiramente para o estado do Espírito Santo (ES).

Fontes: Diário de Pernambuco, Recife, ed. n. 157, p. 2, 12-7-1880; ed. n. 220, p. 3, 27-9-1882; ed. n. 253, p. 2, 3-11-1882.

Jornal de Recife, Recife, ed. n. 253, p. 2, 5-11-1882; ed. n. 264, p. 1, 18-11-1882; ed. n. 219, p. 1, 27-9-1887.

Jornal do Comercio, Florianópolis, ed. n. 4, p. 1, 23-2-1892; ed. n. 17, p. 1, 10-3-1892.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 2.606, p. 2, 27-2-1923.

PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Editora Alesc, 2001.



Desembargador

Ayres de Albuquerque Gama





Ayres de Albuquerque Gama

Local e data de nascimento: Pernambuco (PE), 19/8/1869.

Filiação: Ayres de Albuquerque Gama e Maria Emília de Gusmão Vilela.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 4/12/1894.

Experiência profissional: exerceu diversos cargos no Tesouro Federal no estado de Alagoas (AL) e no sul de Pernambuco (PE).

Posse no cargo de desembargador: 24/8/1910.

Trajetória na magistratura catarinense: foi primeiramente promotor público de Brusque (SC), de 15/4/1895 até 4/10/1895. No mesmo ano chegou a ser nomeado para juiz de direito em São Joaquim (SC). Durante 10 anos trabalhou entre as Comarcas de São Joaquim, Lages, Tubarão, Biguaçu e Blumenau (SC). Em 1º/8/1910 foi nomeado para desembargador no Superior Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, onde chegou até a vice-presidência. Pela Resolução n. 6.303, de 12/4/1929, foi nomeado para procurador-geral do Estado.

Aposentadoria/Desligamento: aposentou-se em 9/10/1929 por meio da Resolução n. 6.560 do então presidente do Estado, Adolpho Konder.

Falecimento: 31/7/1930, Florianópolis (SC).

Outros: em 1895, com 25 anos, seguiu para Santa Catarina, sendo nomeado para promotor público de Brusque: “Apesar de ter tido um derrame cerebral, Ayres continuou seu trabalho normalmente, porém receoso que seu estado de saúde agravasse. Certa vez conversando com sua esposa Augusta, lamentou por achar que ele não teria a oportunidade de ver seu único filho homem, Clóvis, se tornar um adulto, o que de fato ocorreu”. Urbano Salles assumiu sua cadeira no Tribunal, ele era o genro de Ayres.

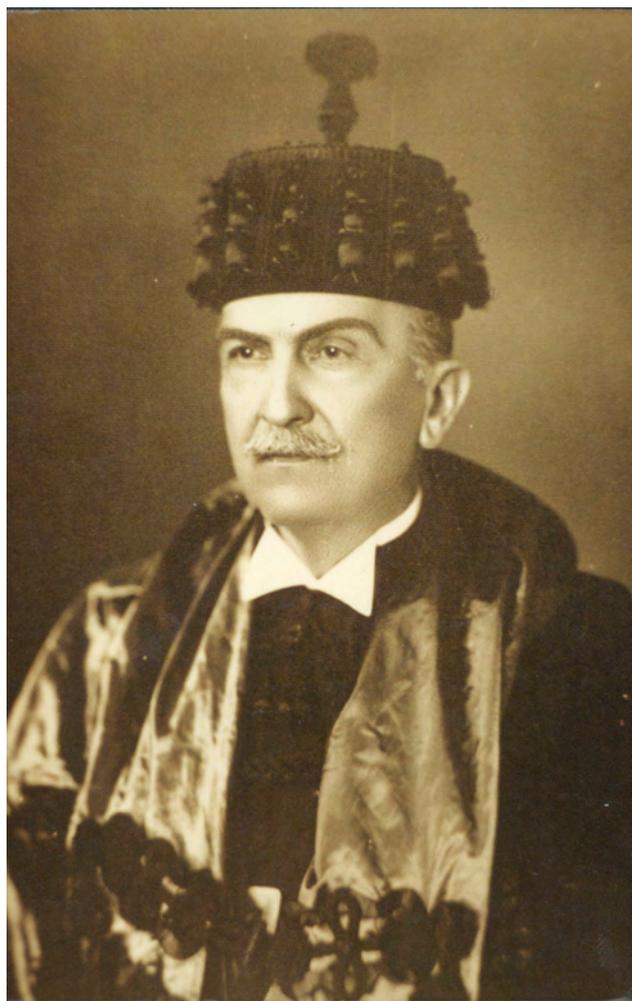
Fontes: GENI. Ayres de Albuquerque Gama. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ayres-de-Albuquerque-Gama/6000000015510677310>. Acesso em: 18 ago. 2022.

República, Florianópolis, ed. n. 228, p. 2, 8-10-1895; ed. n. 163, p. 2, 5-8-1898; ed. n. 64, p. 1, 3-2-1900; ed. n. 200, p. 1, 20-6-1903; ed. n. 120, p. 2, 21-2-1919; ed. n. 747, p. 3, 8-4-1921; ed. n. 860, p. 9, 11-8-1929; ed. n. 913, p. 2, 16-10-1929; ed. n. 764, p. 1, 19-10-1929.



Desembargador

Érico Ennes Torres





Érico Ennes Torres

Local e data de nascimento: Rio de Janeiro (RJ), 12/12/1873.

Filiação: Julio Francisco Torres e Manoela Ennes Torres.

Formação: Faculdade Livre de Direito, Rio de Janeiro (RJ), 1900.

Experiência profissional: em 19/2/1899 foi nomeado para subdelegado do 2º Distrito de Niterói (RJ). Em 24/10/1899 pede exoneração do cargo em exercício. Foi reconduzido às funções de diretor do Montepio dos Funcionários do Estado pela Resolução n. 38, de 11/7/1923. Érico Ennes Torres fora ainda o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. É considerado um dos pioneiros na criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 22/3/1932 foi eleito para o corpo docente do Centro de Ciências Jurídicas da primeira Faculdade de Direito de Santa Catarina, onde atuou na área de direito judiciário penal – 5º ano. Além disso, foi também diretor dessa mesma faculdade de Direito.

Posse no cargo de desembargador: 8/7/1927.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado para promotor público da Comarca de Tubarão (SC), onde assumiu o exercício do cargo em 14/2/1901, sendo exonerado, a pedido, em 17/2/1902. Por ato de 24/7/1902, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Brusque (SC). Por meio do Decreto n. 526, de 1º/8/1910, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Joinville (SC). Foi removido para a Comarca de Tijucas (SC) por ato de 13/2/1911. Em 24/4/1918 foi nomeado para servir como procurador-geral do Estado interinamente. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Brusque (SC) pela Resolução n. 2.302 (ou 2.262), de 1º/9/1920. Pela Resolução n. 3.223, de 18/8/1922, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca da Capital. Recebeu a nomeação para exercer o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça pela Resolução n. 5.468, de 8/7/1927, e assumiu o exercício no mesmo dia e mês. Foi eleito vice-presidente do Tribunal em 31/12/1932 e, posteriormente, em 1º/1/1936, foi eleito presidente do Tribunal.

Aposentadoria/Desligamento: aposentado pelo Decreto n. 2.216, de 6/5/1942.





Falecimento:

Outros: o desembargador Érico Ennes Torres assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça em 1º/1/1936 e ficou no cargo até 2/1/1942. Era o presidente da Corte na época em que a Comarca da Capital completou 50 anos. Foi também o primeiro presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (SC), assumindo em 14/6/1932, quando se deu a primeira instalação do TRE.

Fontes:

“Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977”, database with images, FamilySearch.

A Gazeta, Florianópolis, ed. n. 98, p. 6, 12-12-1934; ed. n. 1.625, p. 1, 31-12-1939.

BRASIL. Tribunal Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Comercio de Joinville, Joinville, ed. n. 278, p. 1, 27-8-1920.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ed. n. 363, p. 2, 29-12-1900.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 8.108, p. 1, 29-22-1940.

O Fluminense, Niterói, ed. n. 3.882, p. 1, 19-2-1899; ed. n. 4.091, p. 1, 24-10-1899; ed. n. 3.969, p. 1, 2-6-1899.

SANTA CATARINA. Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Histórico. Disponível em: <https://ccj.ufsc.br/centenario/historico/>. Acesso em: 27 set. 2022.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Veredito: Boletim Informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis, 3 de ago. 2011. Ed. n. 97. p. 2.





Desembargador

**Francisco Tavares da Cunha Melo
Sobrinho**





Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho

Local e data de nascimento: Itambé (PE), 1/5/1873.

Filiação: José Tavares da Cunha Mello e Rita Gouveia da Cunha Barreto.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1894.

Experiência profissional: foi deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (SC) na 6ª legislatura (1907-1909) e na 8ª legislatura (1913-1915). Foi chefe de polícia. Teve importante participação como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e junto a José Artur Boiteux foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1932, onde foi o primeiro diretor.

Posse como Desembargador: 18/09/1914.

Trajetoira na magistratura catarinense: iniciou na magistratura catarinense como promotor em São José (SC), em 1895. Foi Juiz de Direito da Comarca de São Miguel (SC), Tijucas (SC) e Joinville (SC). Advogou na Cidade dos Príncipes, Joinville (SC), onde foi Conselheiro Municipal e Presidente da Intendência Municipal de Joinville (1910). Atuou como juiz avulso. Em agosto foi nomeado desembargador no Superior Tribunal de Justiça, onde chegou a exercer a presidência e também vice-presidência. Em 1934 foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. No dia 1º/1/1940 tomou posse do cargo de vice-presidente do Tribunal de Apelação.

Aposentadoria/Desligamento:

Falecimento: 3/6/1960, Florianópolis (SC).

Outros: segundo o que consta em sua biografia, Tavares fez os estudos primários em Taquaritininga (SP). Mudou-se para Santa Catarina em 1895, logo após formar-se na Faculdade de Direito.





Fontes:

A Gazeta, Florianópolis, ed. n. 1.625, p. 1, 31-12-1939.

Blumenau em Cadernos, Blumenau, ed. n. 1, p. 10, jan./1977.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 4.062, p. 11, 6-9-1996.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 12.984, p. 12, 15-2-1957.

República, Florianópolis, ed. n. 446, p. 4, 10-4-1932; ed. n. 463, p. 2, 1-5-1932; ed. n. 778C, p. 2, 21-5-1933; ed. n. 1.028, p. 1, 2-12-1933; ed. n. 42, p. 2, 1-5-1934;





Desembargador

Gil Costa





Gil Costa

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 21/9/1889.

Filiação:

Formação: Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, Rio de Janeiro (RJ), 1908.

Experiência profissional: antes de ser nomeado para desembargador, Gil Costa exercia o cargo de chefe de polícia, em 1918. Em março de 1919, seguiu para o norte, em destino a Porto União (SC), onde fora nomeado para juiz de direito, e assumiu o exercício do cargo em 1º/4/1919, abandonando o cargo de chefe de polícia. Foi o patrono da cadeira 33 da Academia Catarinense de Letras. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina e também ocupou, em 1936, o corpo docente desta na área de direito público internacional. Exerceu também o cargo de delegado de Santa Catarina (SC). Em 1942 foi presidente do Instituto Brasil Estados Unidos.

Posse no cargo de desembargador: 7/11/1919.

Trajatória na magistratura catarinense: em 1917 exerceu o cargo de juiz de direito de Canoinhas (SC). Em 8/11/1919 foi nomeado para o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em 1928 exerceu o cargo de corregedor-geral do Estado.

Aposentadoria/Desligamento: 11/5/1943.

Falecimento: 18/9/1943.

Outros: em forma de homenagem, leva o nome da Rua “Desembargador Gil Costa” em Florianópolis (SC). Gil Costa é também fundador da cadeira n. 33 da Academia Catarinense de Letras.





Fontes:

Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, ed. n. 83, p. 4, 5 e 6-1-1959.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 2.174, p. 2, 23-9-1917; ed. n. 1.073, p. 1, 6-12-1918; ed. n. 1.120, p. 1, 1º-2-1919; ed. n. 1.149, p. 1, 7-3-1919; ed. n. 1.165, p. 1, 26-3-1919; ed. n. 330, p. 1, 9-11-1919; ed. n. 1.398, p. 2, 1º-1-1920; ed. n. 1.557, p. 1, 23-7-1920; ed. n. 1.607, p. 1, 21-9-1920; ed. n. 2.057, p. 2, 5-5-1921; ed. n. 4.181, p. 2, 29-4-1928; ed. n. 8.920, p. 6, 20-9-1943.

O Jornal, Rio de Janeiro, ed. n. 228, p. 9, 30-1-1920.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, ed. n. 454, p. 12, 24-1-1909

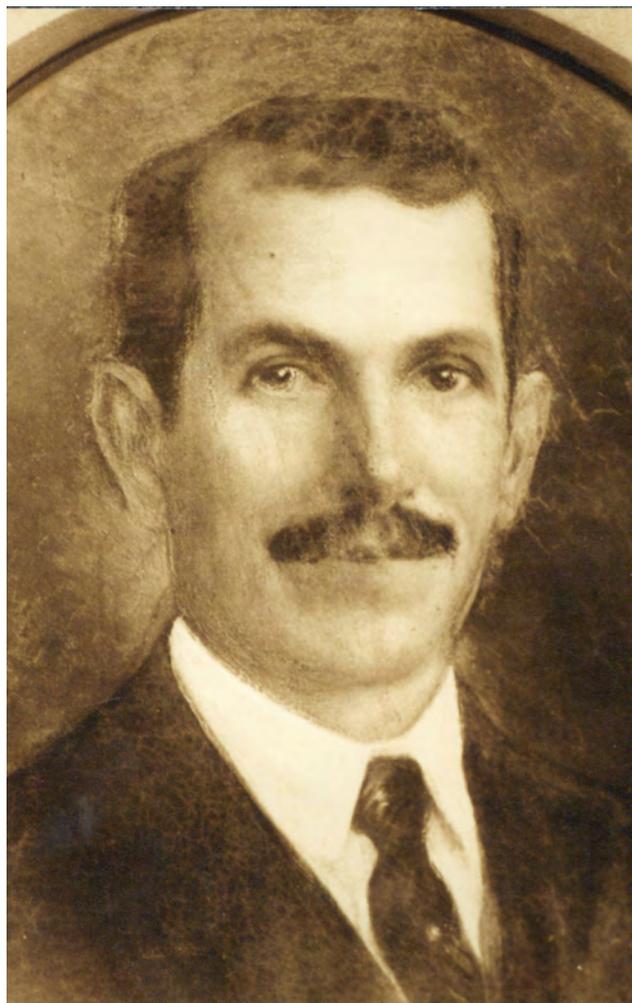
SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891-1991. Florianópolis. Editograf, 1991, p. 168.





Desembargador

Gustavo Toledo Piza





Gustavo Toledo Piza

Local e data de nascimento: São Paulo (SP), 20/12/1875.

Filiação: Francisco de Toledo Piza e Almeida e Genoveva Dias de Toledo Piza.

Formação: Faculdade de Direito de São Paulo (SP), 1907.

Experiência profissional: foi subdelegado na Capital de São Paulo no ano de 1908, após formar-se na Faculdade de Direito.

Posse no cargo de desembargador: 9/2/1926.

Trajetória na magistratura catarinense: nomeado para juiz de direito da Comarca de Campos Novos (SC) por meio de decreto de 1º/8/1910, permanecendo até 27/2/1911, quando se torna juiz de direito da Comarca de São Bento do Sul (SC), onde esteve até 15/4/1913. Assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Laguna (SC), onde permaneceu até 21/9/1925, e da Comarca de Joinville (SC), até 19/12/1925. Antes de ser nomeado para desembargador foi nomeado para procurador-geral do Estado por ato de 8/12/1925. Em 9/2/1926 foi empossado no cargo de desembargador. Tornou-se presidente do Superior Tribunal de Justiça em 8/3/1932, onde ficou até 1º/1/1936.

Aposentadoria/Desligamento: novembro de 1940. Resolução n. 9.264.

Falecimento: 6/6/1955.

Outros: por meio da Lei estadual n. 1.948, de 27/12/1958, foi decretada a criação da Comarca de São Miguel do Oeste (SC), nomeada como Fórum Desembargador Gustavo de Toledo Piza, a qual homenageia o desembargador Toledo Piza. Ele morava na Rua Esteves Júnior, 94. Era um dos sócios do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Era membro do Clube Onze de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo.

Fontes:

A Cidade, Blumenau, ed. n. 13, p. 1, 12-12-1925.





Correio Paulistano, São Paulo, ed. n. 14.319, p. 2, 29-6-1908.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 130, p. 2, 13-10-1915; ed. n. 652, p. 1, 10-7-1917; ed. n. 338, p. 2, 2-12-1931; ed. n. 5.705, p. 1, 1^o-10-1932; ed. n. 5.597, p. 6, 28-11-1932; ed. n. 11.685, p. 1-6, 20-8-1953.

Republica, Florianópolis, ed. n. 338, p. 2, 2-12-1931.

SANTA CATARINA. Lei n. 1.948, de 27 de dezembro de 1958.
Florianópolis, SC: GCAN, 1958.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina.
Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 150. Textos e edição Orivalda Lima Silva.





Desembargador

Heráclito Carneiro Ribeiro





Heráclito Carneiro Ribeiro

Local e data de nascimento: Salvador (BA), 15/3/1879.

Filiação: Ernesto Carneiro Ribeiro (conhecido como Barão de Vila Nova) e Áurea da Cunha.

Formação: Faculdade de Direito da Bahia (BA), 7/5/1902.

Experiência profissional: fundou o Instituto Politécnico e o Ginásio Brasílico, e foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Florianópolis (SC). No período de 1930-1932 foi diretor do Instituto Politécnico de Florianópolis.

Posse no cargo de desembargador: 11/8/1922.

Trajatória na magistratura catarinense: atuou como juiz de direito nas Comarcas de Araranguá (SC) (21/1/1905), São Bento do Sul (SC) (1º/8/1910) e Joinville (SC) (16/2/1911). Foi removido para a Comarca de Palhoça (SC) em 16/12/1919, porém optou pela Comarca de Joinville em 20/12/1919. Por meio da Resolução n. 2.245, de 28/7/1920, foi nomeado, por merecimento, para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca da Capital. Foi também nomeado para procurador-geral do Estado em 17/12/1920, cargo em que permaneceu até 11/8/1922. Foi nomeado, por merecimento, para exercer o cargo de desembargador, segundo a Resolução n. 3.212, de 11/8/1922, tomando posse e assumindo na mesma data. Foi eleito corregedor-geral da Justiça em 9/11/1926 e eleito vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça em 3/12/1929, tomando posse em 1º/1/1930. Foi eleito presidente do Supremo Tribunal de Justiça em 13/5/1931, assumindo o exercício do cargo na mesma data.

Aposentadoria/Desligamento: 8/3/1932, pela Resolução n. 2.075, de 17/2/1937.

Falecimento: 15/5/1953, Rio de Janeiro (RJ).

Outros: mudou-se para Santa Catarina, por determinação médica, devido a problemas de saúde. Residia na rua Almirante Alvim, 36.





Fontes:

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Ficha funcional do desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro.

Corrêa, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina: 1739-1982. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

UFSC. Centro de Ciências Jurídicas. Histórico, c2022. Disponível em: <https://ccj.ufsc.br/centenario/historico/>. Acesso em: 25 nov. 2022.







Desembargador
**Honório Hermetto
Carneiro da Cunha**





Honório Hermetto Carneiro da Cunha

Local e data de nascimento: Alagoas (AL), 20/8/1873.

Filiação: Silvino Elvídio Carneiro da Cunha e Adelaide Augusta Cavalcante Carneiro da Cunha.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1895.

Experiência profissional: em 1901 foi juiz de direito da Comarca de Peçanha (MG). Foi secretário-geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. Por decreto de 1º/8/1910, foi nomeado pelo governador do Estado para desembargador do Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em 1922 exerceu a advocacia.

Posse como desembargador: 22/9/1910.

Trajectoria na magistratura catarinense: em 1895 foi promotor público da Comarca da Capital. Foi juiz de direito em Araranguá.

Aposentadoria/Desligamento: 8/3/1932.

Falecimento: 5/3/1954, Brasília (DF), Capital da República.

Outros: seu pai era o barão de Abiaí, e sua mãe a baronesa de Abiaí.

Fontes:

A Actualidade, Laguna, ed. n. 24, p. 1, 21-9-1903; ed. n. 9, p. 1, 9-6-1905;

Almanak do RJ, 1901, p. 1.342.

Comercio de Joinville, ed. n. 275, p. 2, 6-8-1910.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 4.438, p. 4, 22-5-2001.

FamilySearch: Honório Hermetto Carneiro da Cunha. Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999.

Lista Geral dos Bacharéis e Doutores, Faculdade de Direito do Recife (1828-1931).

O Estado, Florianópolis, ed. n. 11.845, p. 8, 12-3-1954.

Republica, Florianópolis, ed. n. 123, p. 1, 04-06-1895; ed. n. 212, p. 2, 22-08-1902; ed. n. 1.127, p. 4, 06-08-1922; ed. n. 922, p. 3, 26-10-1929.



Desembargador

João da Silva Medeiros Filho





João da Silva Medeiros Filho

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 5/5/1880.

Filiação: João da Silva Medeiros e Máxima Gonçalves da Silva Medeiros.

Formação: Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (RJ), 1906.

Experiência profissional: pela Resolução n. 975, de 7/11/1917, foi nomeado para exercer o cargo de chefe de polícia do Estado, do qual assumiu o exercício em 12/11/1917. Em 12/8/1922 assumiu o exercício do cargo de governador do Estado, no lugar do coronel Raulino Júlio Adolfo Horn, que teve de tomar parte nos trabalhos do Congresso, a fim de eleger-se a Mesa. Em 7/7/1927, pela Resolução n. 5.462, foi nomeado novamente para o cargo de chefe de polícia do Estado.

Posse no cargo de desembargador: 4/6/1919.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado para promotor público da Comarca da Capital por ato de 31/12/1906, cargo do qual se exonerou, a seu pedido, em 22/2/1908. Posteriormente, pelo Decreto n. 633, de 24/6/1911, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Campos Novos (SC). Em 1913 foi transferido para a Comarca de São Bento (SC). Em 10/7/1914 foi removido para a Comarca de São Francisco (SC). Depois de exonerado, a seu pedido, do cargo de chefe de polícia, em 1º/10/1918, pela Resolução n. 1.324, foi nomeado para procurador-geral do Estado. Por meio da Resolução n. 1.674, em 3/6/1919, foi nomeado, por merecimento, para exercer o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Foi eleito presidente do Tribunal em 16/12/1921 e tomou posse do cargo no dia seguinte. Foi reeleito presidente do Tribunal em 18/12/1923. Em 1928, depois de exonerado, a seu pedido, do cargo de chefe de polícia (para o qual tinha sido nomeado novamente em 1927), foi designado para ter exercício no Superior Tribunal de Justiça, em cumprimento ao artigo 1º das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. Assumiu a Presidência do Tribunal de Apelação em 6/8/1940, por ter entrado de férias o presidente. Pelo Decreto n. 1.184, de 2/1/1942, foi





nomeado para presidente do Tribunal de Apelação do Estado, onde permaneceu durante o biênio de 1944-1945. Aposentou-se em 1947 no cargo de desembargador.

Aposentadoria/Desligamento: 17/1/1947.

Falecimento: 1º/5/1975, Florianópolis (SC).

Outros: residia na Rua Bocaiúva, 139.

Fontes:

O Estado, Florianópolis, ed. n. 02.254, p. 2, 28-12-1921; ed. n. 05.753, p. 6, 28-11-1932; ed. n. 6.766, p. 6, 05-05-1936; ed. n. 9.001, p. 6, 05-01-1944; ed. n. 9.391, p. 1, 06-06-1945; ed. n. 9.493, p. 6, 11-10-1945; ed. n. 9.951, p. 2, 12-02-1947; ed. n. 10.252, p. 8, 09-05-1948; ed. n. 10.661, p. 8, 03-01-1950.







João Pedro da Silva

Local e data de nascimento: Santa Catarina (SC), 29/6/1881.

Filiação: João da Silva Ramos e Maria Adolfina Salles Ramos.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SP), 1905.

Experiência profissional: em 1909 ocupou o cargo de oficial de gabinete do governador do Estado. Pela Resolução n. 4.661, de 8/12/1925, foi nomeado para chefe de polícia do Estado.

Posse no cargo de desembargador: 23/4/1920.

Trajatória na magistratura catarinense: exerceu primeiramente, após se formar, o cargo de promotor público da Comarca de São José (SC), logo depois exerceu o mesmo cargo na Comarca da Capital. Por decreto de 23/3/1909, foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de São Bento do Sul (SC), do qual tomou posse em 27/4/1909. Por meio do Decreto n. 526, de 1º/8/1910, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Blumenau (SC). Em 6/12/1919, pela Resolução n. 1.864, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da 2ª Vara da Comarca da Capital. Foi nomeado, por merecimento e de acordo com a lista organizada pelo Tribunal, por meio da Resolução n. 2.081, de 23/1/1920, para exercer o cargo de desembargador. Por ato do coronel Aristiliano Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina, João Pedro da Silva, desembargador em disponibilidade, foi designado para exercer o cargo de subprocurador-geral do Estado pelo Decreto n. 451, de 2/1/1934.

Aposentadoria/Desligamento: 15/6/1936.

Falecimento: 15/6/1936. Rua Blumenau, n. 9, Palhoça (SC).

Outros: João Pedro da Silva iniciou em 1901 os estudos na Faculdade de Direito em São Paulo e os terminou em 1905.

Foi enterrado no Cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.

Era dono do jornal O Nacional.



Um de seus melhores amigos era Victor Konder, irmão de Adolfo Konder.

O nome de João Pedro da Silva é, na verdade, João Pedro Ramos da Silva, mas o sobrenome Ramos e a família dele sempre foram ocultados tanto nos arquivos do Tribunal quanto nos jornais. Seu sobrenome e família podem ser confirmados com base na biografia de Aderbal Ramos, ex-governador de Santa Catarina, filho de João Pedro da Silva.

A família Da Silva Ramos, de São José, parece descender diretamente de José da Silva Ramos, que era militar no Desterro e passou adiante sua influência política e militar no litoral, seja na Capital, seja em São José. O que chama a atenção no caso específico de João Pedro (bisneto de José) é que, ao contrário de sua irmã, nascida Argentina da Silva Ramos, ele não teria sido batizado como Silva Ramos, mas como Ramos da Silva, mas isso deve ser confirmado. Ao menos é o que se encontra na página de genealogia Geni (que costuma se basear em documentos cartoriais).

João Pedro da Silva é o conhecido doutor Pedrinho, que dá nome a uma cidade de Santa Catarina. Essa alteração da ordem entre Silva Ramos e Ramos da Silva pode ser um erro no registro de nascimento numa época em que tudo era manual. O primeiro Silva Ramos de Desterro teria nascido em 1790.

Fontes:

Comercio de Joinville, ed. n. 203, p. 2, 23-3-1909.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 1.377, p. 1, 7-9-1946

Geni. João Pedro Ramos da Silva (1882-1936). Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Pedro-Ramos-da-Silva/6000000015510723022>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Aderbal Ramos. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal_Ramos. Acesso em: 26 ago. 2022.



MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José da Silva Ramos. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/535-Jose_da_Silva_Ramos. Acesso em: 26 ago. 2022.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 1.039, p. 1, 22-10-1918.

Republica, Florianópolis, ed. n. 341, p. 3, 25-11-1919; ed. n. 1.055, p.1, 6-1-1934; ed. n. 87, p. 1, 29-6-1934; ed. n. 661, p. 1, 16-6-1936.





Desembargador

José Arthur Boiteux





José Arthur Boiteux

Local e data de nascimento: Tijucas (SC), 9/12/1865.

Filiação: Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jacques Boiteux.

Formação: Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (RJ), 5/1/1911.

Experiência profissional: foi eleito deputado em 1885, escolhido para compor a Assembleia Constituinte estadual como 1º secretário. Foi responsável pela fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina, a primeira do Estado, e também da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Politécnico. Em 1896 lançou as bases do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Depois de voltar do Rio de Janeiro para Santa Catarina, exerceu o cargo de oficial de gabinete do governador Lauro Severiano Muller. Voltou ao Rio de Janeiro e foi o 1º oficial da Secretaria do Interior e Estatísticas do Rio de Janeiro. Retornando a Santa Catarina, foi deputado na Assembleia Constituinte e Legislativa estadual (1894-1895). Deputado estadual na segunda legislatura (1896-1897) e na terceira (1898-1900).

Posse no cargo de desembargador: 12/7/1922.

Trajetória na magistratura catarinense: por meio da Resolução n. 2.049, de 6/4/1920, foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de São Bento do Sul (SC), em primeira entrância. Foi declarado juiz de direito avulso pela Resolução n. 2.080, de 19/4/1920 (artigo 38 da Lei n. 919, de 28/11/1911). Foi nomeado para o cargo de juiz de direito da Comarca de Tijucas (SC) em 24/12/1920. Considerado em disponibilidade pela Resolução n. 2.474, de 25/1/1921 segundo a Lei n. 1.335, de 21/8/1920. Foi nomeado, por merecimento, para exercer o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça, por meio da Resolução n. 3.177, de 13/7/1922.

Aposentadoria/Desligamento: 8/1/1934, Florianópolis (SC).

Falecimento: 8/1/1934, Florianópolis (SC).

Outros: seu primeiro curso no ensino superior foi medicina, em 1884,





no Rio de Janeiro, o qual abandonou no segundo ano, e começou a dedicar-se à política lutando pela abolição da escravatura e pela instauração da República. Mais tarde, em 1911, se formou em direito. O Fórum do Norte da Ilha carrega seu nome em homenagem ao desembargador.

Fontes:

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José Boiteux. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux. Acesso em: 10 out. 2022.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 6.085, p. 8, 9-1-1934.

PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. Ed. Alesc, 2001.

República, Florianópolis, ed. n. 018, p. 1, 09-12-1889; ed. n. 584, p. 1, 11-11-1891; ed. n. 01, p. 1, 09-12-1894.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 77. Textos e edição Orivalda Lima Silva.

Seção de Cadastro Funcional em 15/12/1898.





Desembargador

Sálvio de Sá Gonzaga





Sálvio de Sá Gonzaga

Local e data de nascimento: Salgueiro (PE), 11/1/1865.

Filiação: Agnelo de Sá Gonzaga e Maria Senhorinha Gonzaga.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1894.

Experiência profissional: iniciou seus estudos no Seminário de Olinda (PE), porém desistiu de ser padre e posteriormente se formou em direito pela Faculdade de Recife (PE). Como acadêmico e no início do regime republicano, foi candidato a deputado estadual em Pernambuco. Em 1914, a convite do governador Vidal Ramos, na época da Guerra do Contestado, foi chefe de polícia do Estado de Santa Catarina (SC), cargo que exerceu durante quatro anos, “Tomando parte na célebre Guerra dos Fanáticos, onde evitou muito sangue, tendo até contato, pela sua coragem, com o monge João Maria, a quem aconselhou que se rendesse” (Alice Guilhon Gonzaga Petrelli, 27-2-1984). Teve importante participação como professor-fundador da primeira Faculdade de Direito de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1932, assim como na inauguração do Fórum de Sombrio, em 1984, batizado com seu nome (XAVIER, 2002).

Posse no cargo de desembargador: 5/8/1910.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura catarinense através da indicação de seu amigo engenheiro, Vitorino de Paula Ramos, para o então governador, Hercílio Luz. Foi juiz de direito em Brusque (SC) (1895), Itajaí (SC) (1897), São José (SC) (1898) e Tijucas (SC) (1906). Em 1910 foi nomeado pelo governador Gustavo Richard para desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Quando deixou a chefia de polícia, voltou ao Tribunal e dedicou-se inteiramente aos afazeres da Justiça estadual, onde exerceu as funções de corregedor e vice-presidente do Tribunal de Justiça. Em 1923 foi advogar no município de Lages. Em 1931 foi nomeado para procurador-geral do Estado de Santa Catarina, quando finalmente fixou residência na Capital, Florianópolis. Em 1933 foi reconduzido a seu lugar no Tribunal de Justiça, porém em 9/11/1935 pediu aposentadoria, apesar de continuar advogando e ensinando direito civil na Faculdade de Direito de Santa Catarina. “Os seus serviços prestados a essa Faculdade foram mais além porque foi um dos seus fundadores, sob a liderança do





Desembargador José Boiteux” (XAVIER, 2002).

Aposentadoria/Desligamento: 9/11/1935. Resolução n. 431, de 21/8/1935.

Falecimento: 1º/8/1957, Florianópolis (SC). Foi sepultado no Cemitério da Irmandade dos Passos. O governo do Estado decretou luto oficial de três dias.

Outros: foi casado com Maria da Glória Guilhon, filha do desembargador José Roberto Viana Guilhon. Veio do Norte a convite do desembargador Beltrão, seu contraparente. Chegou em junho de 1895. “Nas comarcas de Brusque e Itajaí, onde quase não se falava português, teve alunos noturnos, tais como João Bayer, já falecido, Marcos Konder, Henrique Fontes e outros.” (Notas de sua filha Alice Guilhon Gonzaga Petrelli em data de 27/2/1984).

“Era um abolicionista e republicano, desde os 18 anos, quando vereador da câmara de Boa Vista. Filiou-se, ao chegar em Olinda, ao Club Abolicionista, apoiado por José Mariano e Nabuco. Libertados os escravos, os estudantes incentivaram a campanha republicana, reunindo-se nos clubes, tendo como chefe o jurista e filósofo Martim Júnior. A propaganda era feita sem temor, não obstante as represalias.” (Jornal O Estado, Florianópolis, 8 jan. 1965. Ano 59, n. 105.084, p. 8). A Comarca de Sombrio (SC) carrega seu nome em sua homenagem.

Fontes:

Arquivos do TJSC: Acervo do Jorn. Mário Xavier, 2002.

Estado, Florianópolis, ed. n. 138, p. 1, 22-10-1915; ed. n. 15.083, p. 8, 08-01-1965.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 152. Textos e edição Orivalda Lima Silva.







*Referências
Bibliográficas*



Referências Bibliográficas

LIVROS

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. *História do Judiciário catarinense*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 482 p.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina*. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e Coord. Pesq. Adelson André Brüggemann.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Memórias dos 110 anos*. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p., Coord. Orivalda Lima Silva

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991*. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.

FABRIN, João Baptista. *Grandes casas, novidades e curiosidades*. Florianópolis. Trabalho de conclusão do curso de História. UDESC, 2002, p. 18 a 25. / in <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12961/1/CD%201%20-%20HIS%20-%20Elizabete%20M%20Espindola.pdf>, p. 44

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA. ELIZABETE MARIA ESPÍNDOLA. Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. São Paulo, 2006, Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Profª Drª Maria Odila da Silva Dias.

REFERÊNCIA DE ARTIGOS E/OU MATÉRIAS EM SITE

JORNAIS

A Actualidade (Laguna)

A Cidade (Blumenau)

A Gazeta (Florianópolis)

Almanak do RJ (Rio de Janeiro)

Blumenau em Cadernos (Blumenau)

Comercio de Joinville (Joinville)

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

Correio do Povo (Jaraguá do Sul)

Correio Paulistano (São Paulo)

Diário da Noite (Rio de Janeiro)
Diário de Pernambuco (Recife)
Jornal de Notícias (Bahia)
Jornal de Recife (Recife)
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)
Jornal do Comercio (Florianópolis)
Legalidade (São Bento do Sul)
O Estado (Florianópolis)
O Fluminense (Niterói)
O Jornal (Rio de Janeiro)
República (Florianópolis)
Revista da Semana (Rio de Janeiro)

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense
Arquivos fotográficos dos desembargadores





Composição da atual gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Desembargador João Henrique Blasi – Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes - – Juiz Auxiliar
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França - – Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo
Marcílio Bagatín Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação
Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juiza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo
Juiz de Direito Rafael Sandi - Núcleo Financeiro
Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais : Projeto gráfico, editoração eletrônica